

Derrotar a extrema-direita, reconstruir o Brasil e semear o futuro.

No primeiro ano do governo Lula em 2023, o Brasil testemunhou consideráveis avanços tanto na esfera econômica quanto na social. As perspectivas econômicas melhoraram significativamente, com o controle da inflação, crescimento econômico previsto em 3%, e a redução do desemprego, que hoje está em torno de 7%. Estes indicadores positivos foram impulsionados, em parte, pelo forte investimento público, evidenciando a importância dos investimentos governamentais na retomada de programas sociais como o Desenrola Brasil, no fortalecimento das Farmácias Populares e o retorno do Minha Casa, Minha Vida e do Mais Médicos, dentre outras medidas. Já nesse início de 2024 é importante destacar a criação de um fundo para redução do preço das passagens aéreas e a criação do programa “pé de meia” para financiar bolsas para estudantes do ensino médio. Ainda assim, a popularidade de Lula, que se manteve no patamar dos 50%, não ampliou-se, mostrando que ainda vemos reflexos da polarização política que vimos nas eleições de 2022 e que o bolsonarismo segue vivo e estruturado como setor da oposição ao governo.

Esse primeiro ano também foi marcado pela tentativa de golpe em 8 de janeiro, uma nítida afronta à democracia e um evento da máxima gravidade. A ausência notável de Arthur Lira, Romeu Zema e Tarcísio de Freitas no ato de memória de um ano da tentativa de golpe destaca que a dita pretensão destes de fazer parte de uma grande coalizão que se formou em defesa da democracia em 2023 não manteve seu compromisso com o enfrentamento ao golpismo e a democracia.. Mais do que nunca, é importante manter viva a luta para que não haja anistia aos golpistas e aos financiadores da tentativa de golpe. Importante ainda o fato de que a extrema-direita buscou impor sua agenda retrógrada durante todo ano passado na câmara federal e senado, como por exemplo a CPI do MST, a CPMI dos atos golpistas, a tentativa de acabar com o reconhecimento legal do casamento homoafetivo e os constantes ataques ao direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Destaca-se também a atuação do “Centrão”, que impôs na Câmara Federal agendas desconectadas do programa que foi eleito nas urnas, imprimindo uma série de derrotas para o governo, a exemplo da derrubada do veto presidencial ao Marco Temporal, bem como a retirada e as mudanças de responsabilidade pela demarcação das terras indígenas e da gestão do cadastro rural, anteriormente ligadas ao MPI e ao MMA respectivamente, enfraquecendo a pauta ambiental do governo. Arthur Lira e seus aliados, beneficiados pelo orçamento secreto do governo Bolsonaro, são agora sabotadores do governo Lula.

Completa-se também um ano da criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), que consideramos um avanço importante de reconhecimento dos povos indígenas no Brasil. A primeira ministra indígena da história do país, Sonia Guajajara, em seu primeiro ano de mandato estruturou o MPI e realizou a demarcação de oito territórios indígenas. O MPI tem uma série de desafios para enfrentar em relação à proteção dos direitos e territórios indígenas. Destaca-se a questão Yanomami em que a negligência do ministério da defesa comprometeu as ações de combate ao garimpo ilegal e de proteção dos Yanomamis na região. O Congresso Nacional, majoritariamente conservador e pautado pelo peso da bancada ruralista, estabeleceu como prioridade impor retrocessos com o Marco Temporal e aprovar a desidratação do MPI, buscando enfraquecer as possibilidades de demarcação

das terras indígenas também com a tramitação do PL 490/2007. Por isso, o PSOL reforça a campanha #EmergênciaIndígena da APIB e outros movimentos que se reuniram no Acampamento Terra Livre 2023, pelo fim da violência contra os povos, as terras e os direitos indígenas.

Em 2024 a questão da emergência climática continua sendo uma preocupação global devido ao aumento das temperaturas médias globais. O ano passado foi o mais quente em 125 mil anos. As enchentes ocorridas em janeiro destacaram a urgência desse tema. É necessário que o Brasil execute imediatamente um amplo programa de transição energética, que garanta a diminuição da exploração e consumo de combustíveis fósseis e utilize o enorme potencial de produção de energias renováveis que temos em nosso território. Assim como é urgente executar políticas de proteção para as comunidades vulneráveis, com combate ao racismo ambiental que afeta favelas, periferias, quilombos, comunidades indígenas e tradicionais que são as que mais sofrem com as mudanças climáticas. Justiça climática é justiça social!

Do ponto de vista político, em 2024 o PSOL deve ter como norte e prioridade derrotar politicamente a extrema-direita e seu projeto autoritário e conservador de poder. O partido deve seguir tensionando à esquerda, lutando para que a reconstrução do Brasil, para que o programa eleito nas urnas em 2022 seja implementado, e a promoção de justiça social sejam implementados. Por isso, vemos com muita preocupação a posição do chamado déficit zero e defendemos aumentar os investimentos públicos. A busca por equilibrar as contas públicas, eliminando completamente o déficit, resultará em cortes nos gastos, comprometendo a capacidade do governo de investir em políticas que visam à redução das desigualdades sociais e do crescimento econômico. Pauta fundamental que derrotou Bolsonaro e levou Lula ao poder.

O PSOL também deve se preparar para as eleições de 2024, que será um momento muito importante de disputar o nosso programa nas cidades, construir candidaturas competitivas e ampliar ainda mais a presença do partido nas câmaras de vereadores. Vamos reeleger Edmilson em Belém e eleger Guilherme Boulos na maior cidade da América Latina, semeando um novo ciclo para a esquerda brasileira.